

Globalização

Desafios Económicos e Éticos

Carlos José Gomes Pimenta

Professor Catedrático da Faculdade de Economia do Porto

Índice

Notas introdutórias.....	3
Breve caracterização	5
Situações de equívocos	6
Ideologia e mercados financeiros.....	8
Estado e poder regional.....	13
Conflito e redistribuição	14
Capital fictício.....	14
Importância da redistribuição	16
O não-observado do nosso quotidiano.....	18
Dos conflitos económicos à plataformas éticas	21
Bibliografia	22

Notas introdutórias

Ao longo dos últimos anos tenho participado em diversas iniciativas nacionais e internacionais sobre a globalização e está na tipografia um texto que ao longo de trezentas páginas resume as minhas investigações – inevitavelmente muito limitadas e sobretudo referenciadas e orientadas para um conjunto específico de problemáticas – sobre estas matérias.

Este percurso, em vez de me criar facilidades provoca-me indecisões e angústias.

Em primeiro lugar porque estou quase inteiramente de acordo com Galbraith quando ele recomenda a não utilização do termo “globalização”. Comporta um gravíssimo perigo na comunicação: a multiplicidade de sentidos que lhe é atribuída, os seus significados imprecisos, a simultânea utilização pelo conhecimento corrente e pelo conhecimento científico e, neste, por diversas disciplinas, a frequente aplicação metafórica e, ainda, o reflectir-se nesta grande ambiguidade uma realidade social em que todos nós mergulhamos nos mais pequenos actos do quotidiano faz com o emissor possa estar a transmitir um sentido e o receptor a atribuir-lhe outro.

Diversas vezes mudei a terminologia dos meus escritos sobre estas matérias, o título do livro mudou várias vezes oscilando entre as preocupações científicas e as conveniências do mercado.

No entanto o meu objectivo nesta breve comunicação é falar-vos da globalização. A mundialização não está no núcleo duro do meu objecto científico a não ser na medida em que seja importante para caracterizar aquela. É falar-vos na globalização enquanto realidade total que os imperativos disciplinares e políticos, por um lado, e as autonomias relativas e dinâmicas próprias de cada uma das suas facetas, por outro, fazem com que se descubrem em variegadas globalizações.

Falar-vos da globalização é transmitir-vos a minha **leitura económica da sociedade capitalista dos últimos vinte anos**, onde despontaria a “nova economia” ou a “economia do conhecimento” para uns, durante o qual o imperialismo assumiu novas formas, para outros. Que esta centragem no modo de produção capitalista referenciado a um período tão curto sirva como primeira referência para o nosso entendimento mútuo, e nos ajude a perceber que ainda estamos nos primórdios do estudo desta realidade.

A segunda angústia resulta de oscilar sistematicamente entre a admissão da necessidade de desbravar muito cautelosamente todos os conceitos e a conclusão de que tudo o que possa dizer sobre o assunto é já sobejamente conhecido.

Este movimento pendular tem num dos extremos a importância que atribuo à reflexão crítica, à crítica da Economia como processo de construção científica. Ora retomando as preocupações de Marx, ora transpondo para as problemáticas económicas a psicanálise da ciência e a filosofia do não de Bachelard, ora percebendo quão perniciosas são as incursões do conhecimento corrente e do discurso político-ideológico sobre a Ciência Económica, ora ainda constatando na minha prática docente e de investigação como o pensamento neoclássico penetra por todos os poros da ausência de pensamento expresso, considero que o principal numa investigação científica não é o que se constrói mas o que se destrói, porque sem essa destruição criativa a construção seria muito provavelmente frouxa, banal, provavelmente “politicamente correcta” mas “cientificamente incorrecta”.

A investigação sobre a globalização – investigação económica, disciplinar, cruzada com as preocupações com a complexidade, a interdisciplinaridade e a epistemologia da Economia e das Ciências Sociais – mostrou-me quão importante e difícil é essa destruição crítica. A tensão psíquica pode ir a extremos, pois nada mais difícil do que **destruir as “evidências”**.

O outro extremo desse movimento pendular é confundir o desejo com a realidade e admitir que as conclusões a que chegamos já fazem parte do património colectivo do conhecimento. Todas as motivações para a investigação científica são louváveis, mas tenho que confessar que nunca o fiz por exigência profissional ou imperativo de diferenciação. Sempre investiguei porque compreendo a alegria de Poirot em sentir as “celulazinhas cinzentas” a funcionar e porque imperativos éticos e sociais me sussurram sobre o interesse em contribuir para um melhor conhecimento dos homens sobre si mesmos e a sociedade em que vivem.

Tentarei evitar perder muito tempo com a “destruição das evidências” embora desde já aqui fique o alerta da sua importância. Por outro lado sou obrigado a reconhecer que apesar das minhas frequentes leituras sobre estes assuntos, poucos são os autores que percorrem os mesmos caminhos ou desenvolvem a mesma tese.

Não falaremos do facto do conhecimento científico ser metafenomenológico, da maneira habilmente retórica como muitos documentos utilizam sofismas e ambiguidades terminológicas, da multiplicidade contraditória de significados das muitas palavras que todos nós utilizamos com inteira propriedade – “mercado”, esse monstro de ambiguidades, “racionalidade”, “valor” ou “Estado”, por exemplo.

Tentaremos ir o mais directamente possível para a demonstração da nossa tese que se pode sintetizar assim:

- **Um dos elementos mais característicos da globalização é o grande crescimento dos mercados financeiros.**
- **As operações no mercado financeiro não são produtivas.**
- **Logo: a globalização exige uma sistemática redistribuição de rendimentos.**
- **Nessa redistribuição do rendimento assume uma importância vital a economia “não observada”.**
- **Logo: a economia subterrânea é decisiva para a reprodução da globalização.**

A partir da demonstração desta tese avançaremos algumas questões relacionadas com o futuro, inevitavelmente incerto mas em que todos nós temos alguma coisa a fazer.

Breve caracterização

A nossa preocupação é a globalização.

Enquanto parte integrante do capitalismo à escala mundial não estudamos o modo de produção capitalista na sua actual fase mas os factos que permitem diferenciar esta fase das anteriores. Assumimos uma análise diferencial: conhecido o capitalismo, procuraremos constatar o que é que a globalização tem de novo, apesar da relativização que deve ser atribuída à novidade.

Enquanto associada à mundialização, não é esse processo histórico – que podemos remontar quase aos primórdios da humanidade ou muito certamente à constituição de grandes impérios que existiram há milénios ou às navegações portuguesas e

espanholas dos séculos XIV / XVI – que nos interessa, mas as suas vertentes recentes que ajudam a diferenciar a referida fase do capitalismo.

Não subestimamos a importância que teria fazer um estudo “enciclopédico” interdisciplinar e interparadigmático do capitalismo contemporâneo, mas conscientes da magnitude de um tal trabalho optamos por percursos menos exigentes.

Situações de equívocos

Tem sido referido com muito acerto que a história da globalização que é conhecida do grande público, que é retratada nos meios de informação, que marca de uma forma mais uniforme o quotidiano de todos os cidadãos, que prolifera nas economias altamente desenvolvidas e nos corredores das organizações internacionais é a história dos vencedores. É uma leitura de classe que escamoteia muita informação – informação tão importante como a fome de milhões de cidadãos, o subdesenvolvimento de países e continentes, a pobreza e a marginalização nas grandes metrópoles do sucesso, o desemprego, a insegurança, etc. – , que tende a atribuir os aspectos positivos à “liberdade de mercado” e os “negativos” à persistência de “restrições à liberdade de mercado”, que cria um conjunto de imaginários de fácil e acrítica aceitação, numa sociedade em que o simbólico assume uma importância tão grande.

A ideologia liberal – assumindo várias variedades e formas – é uma ideologia que mais do que associar-se à globalização, cria mecanismos facilitadores do avanço dos mecanismos económicos, tende a neutralizar as resistências e propaga a ideia de que são inevitáveis o que são construções humanas, com tempos, espaços e agentes claramente identificados.

E não se confunda ideologia liberal com liberdade ou com respeito pelo homem. Estamos a falar de realidades diferentes, por vezes em rota de colisão.

Em resultado destas relações entre práticas ideológicas e procedimentos económicos, a ideologia dominante da globalização criou a sua própria auto-imagem.

Começou por admitir que o progresso tecnológico, particularmente nos campos da computação e das comunicações, impõe inevitavelmente a mundialização. Até somos capazes de lhe dar alguma razão. Há muito se sabe que as forças produtivas

condicionam e impulsionam as relações de produção apesar de poder haver situações de conflito entre ambas. Entendendo mundialização como maior densidade e frequência de relações entre cidadãos e instituições relativamente independente da sua localização geográfica, há um impacto positivo das tecnologias de ponta sobre ela. Contudo não se extrapole a situação actual para uma tendência permanente ou duradoira nem se confunda mundialização com globalização.

Muito menos legítimo é admitir que só há uma configuração possível da mundialização, que a globalização em que vivemos é inevitável.

Se o capitalismo tem, em todo o espaço e tempo, um conjunto de elementos comuns, assume simultaneamente diferentes colorações conforme a história da sua construção, o posicionamento hierárquico no capitalismo mundial, a sua estrutura produtiva, as formas de ser, estar, pensar e lutar das populações, as referências culturais em que se move, os contextos políticos da sua construção. Ora a globalização não é uma “junção inteligente” desses diversos capitalismos, mas a imposição mundial de um deles. E se tivermos a consciência, mais que não seja histórica, de que o capitalismo não é a única forma possível de organizar as sociedades, nomeadamente as suas economias, mais veementemente nos surge falsidade da referida inevitabilidade.

Além disso será possível estabelecer uma relação de inevitabilidade entre o referido suporte tecnológico e a financiarização da economia, entre aquele e as dinâmicas tradicionais do comércio internacional, entre aquele e as desigualdades sociais, entre aquele e o enfraquecimento voluntário das políticas económicas? Certamente que não.

O terceiro pressuposto da auto-imagem narcisista da ideologia da globalização não é menos carregada de rupturas drásticas com a realidade: nem todos os aspectos da sociedade se subordinam ao económico nem este – cujo significado não seria fácil de estabelecer de uma forma precisa – apresenta qualquer supremacia em relação às restantes vertentes da sociedade. Esta leitura económica hierarquicamente superior às restantes – a riqueza é o grande critério de promoção social, primeiro trata-se da carreira e depois pensa-se na família, a Universidade comercializa-se na procura de recursos e subestima a investigação fundamental, uma catástrofe natural primeiro é avaliada em milhões de dólares e depois regista-se o número de mortos, etc. – é o resultado directo do pensamento económico neoclássico: o objecto da Economia é extensível a todas as situações sociais, oscilando entre a positividade subjectiva e a

normatividade da optimização, os agentes económicos têm uma racionalidade olímpica, a decisão económica é o protótipo da boa decisão.

Seria fácil demonstrar os erros epistemológicos e científico que uma tal leitura comporta. Mesmo que não seja viável destroná-la da posição dominante que tem, pois, as determinantes desta são outras diferentes da correcção científica.

Admitir que a “liberdade económica” – entendida como livre funcionamento dos mercados – é a liberdade social é um corolário do anteriormente pressuposto pela ideologia liberal.

Finalmente a ideologia liberal pressupõe que a economia autoregula-se e uniformiza-se através dos mercados livres. A crítica a esta afirmação pode situar-se a três níveis. Um primeiro será o da explicitação do conceito de mercado. Aqui tem-se mais em conta o mercado-modelo ou o mercado-símbolo que o mercado-relação-entre-os-homens. Um segundo será o da crítica interna que passa pelo que afirmámos anteriormente sobre o objecto científico da Economia e que continuaria na dissecação dos conceitos de mercado e racionalidade. Um terceiro será o de confronto desta uniformização com o reforço das desigualdades e das trocas desiguais, a contraposição desta autoregulação com os processos de ruptura parcial e de desvio de contradições.

Devemos preocupar-nos com a desmontagem da ideologia liberal, não só por conter atentados à arte de bem raciocinar como pela injustiças sociais que arrasta. Devemos preocupar-nos porque estamos numa Universidade e estas, particularmente através do ensino na Faculdades de Economia e dos critérios de promoção profissional, têm sido um dos mais poderosos veículos da sua promoção.

Ideologia e mercados financeiros

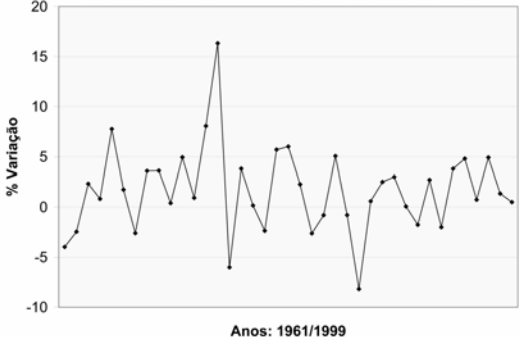
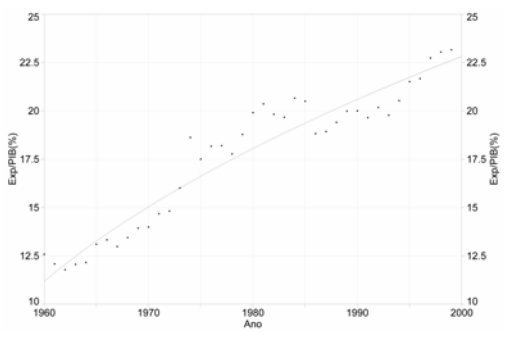
Já constatámos alguns aspectos da importância da ideologia liberal na concretização da globalização: cria uma auto-imagem de inevitabilidade, vitória e superioridade económica. Enfraquece a resistência popular. Adapta as estruturas de ensino de forma a criarem técnicos especializados preferencialmente em determinadas áreas, a privilegiarem a investigação aplicada e a articulação com interesses privados, a assumir espontânea e fideisticamente a defesa dos valores liberais. Convence os

Estados que a sua responsabilidade só começa onde os interesses privados esgotaram a capacidade de intervenção. Não estaremos longe das teses empreendedoristas justificarem que as funções gestionárias e políticas do Estado devem ser entregues a gestores profissionais, a algumas empresas privadas na base de contratos-programa que terão a bondade de conservarem casamentos reais e viagens político-turísticas para os eleitos pelos povos.

Essa ideologia é um instrumento da transformação económico. Ocupar-nos-emos agora um pouco das suas características.

Poderemos falar da estrutura das actividades económicas e da importância relativa dos diversos sectores, poderemos referir os impactos da tecnologia sobre as formas de organização do trabalho, poderemos concentrar-nos sobre a urbanização, alterações da organização familiar e as múltiplas vertentes das relações económicas com as dinâmicas demográficas, poderemos estudar todos os aspectos do capitalismo globalizado, mas, como dissemos anteriormente, a nossa análise é diferencial: quais as novidades resultantes da aceleração da mundialização a que assistimos?

Não será de estranhar que comecemos a nossa análise pelas importações e exportações, já que estas são um tradicional indicador da internacionalização ou mundialização. As informações na literatura internacional sobre as suas dinâmicas são contraditórias. Uma análise de longo prazo do peso das exportações no PIB permite-nos concluir que com a globalização e durante esta não houve alterações qualitativas, quantitativamente significativas, da dinâmica desta variável:

Percentagem de variação do peso das exportações no PIB (1961/1999)	Tendência de Evolução das Exportações do Mundo em % do PIB
	
	Observação : A curva tem a forma $(\%Exp/PIB)^2 = 10116,57 + 3,838379E+10/Ano^2$. Quanto aos parâmetros refira-se $R^2=0,93$ e $F=412,64$.

Parece-nos, pois inequívoco, que há uma tendência estrutural para o aumento da importância relativa do comércio externo dos países, mas não existem mudanças qualitativas a partir dos anos 80 que nos permitam concluir que a globalização trouxe algo de novo nesta matéria. Tal não invalida que a partir de fins da década de 80 se tenha produzido alguma alteração na importância relativa do comércio externos nos países com maior e menor rendimento. Talvez se deva considerar, como o faz alguns autores, o mundo dividido em três grupos: centro, periferia integrada na mundialização e periferia marginalizada, e nestes dois grupos hajam alterações significativas.

A situação é menos clara quanto ao investimento directo estrangeiro. Numa análise de longo prazo poderemos concluir:

1. Tem aumentado significativamente o investimento directo estrangeiro, aumentado a sua importância relativa nos agregados a que pertence, mas há que acrescentar que a situação é desigual nos diversos países. Será necessário considerar a evolução nos próximos anos para se conhecer com mais rigor as tendências de evolução, a durabilidade do processo, mas parece que a globalização trouxe alterações no investimento directo estrangeiro. É um fenómeno com acentuadas diferenças entre países, revelando-se mais uma vez que são os países mais desenvolvidos que mais beneficiam do investimento directo estrangeiro.
2. O espaço de concretização dos investimentos estrangeiros não é, muito longe disso, homogéneo. Enquanto nas economias desenvolvidas os investimentos estrangeiros integra-se no conjunto das actividades económicas, aproveitando dos *inputs* localmente existentes (desde eventuais recursos naturais aos conhecimentos, da preparação da força de trabalho às tecnologias existentes, etc.) e tendo efeitos em cadeia sobre grande parte dos sectores económicos e sociais, nas economias subdesenvolvidas estes investimentos directos estrangeiros estão parcialmente (ou quase totalmente) desinseridos do conjunto da actividade económica local, não gerando efeitos multiplicadores ou aceleradores.
3. As multinacionais têm uma responsabilidade muito particular neste processo e elas têm modificado significativamente as suas práticas e estrutura. A

estratégia passou a ser directamente mundial e adaptada a esse novo contexto (novas formas de relações inter-empresas, maior relevância das fusões-aquisições, acordos de longo prazo, etc.

Os movimentos de força de trabalho são mais marcados pela conjunturas que pelas estruturas. A “liberdade de circulação dos factores produtivos” é sempre uma liberdade com a marca dos interesses capitalistas e no mercado de trabalho o jogo está estruturalmente viciado.

É nos mercados financeiros que encontramos a grande especificidade da globalização. Há diferenças na circulação do capital-dinheiro assumindo uma dinâmica acima das especificidades nacionais, mais metanacional que internacional, para o que contribuem também os paraísos fiscais. Há grandes diferenças no tipo de operações realizadas, assumindo uma importância crescente as transacções sobre acontecimentos económicos futuros, assim como os procedimentos que visam exclusivamente reforçar a autonomia do capital fictício. Finalmente os valores atingidos pelos mercados financeiros são de difícil contabilização para quem vive do seu salário.

Giddens percebeu esta dificuldade ao dar uma imagem geográfica dos acontecimentos. Um trilião (milhão de milhão) de dólares corresponde a uma pilha de notas de 100 dólares de 193 quilómetros de altura, vinte vezes o monte Everest. Um dia de transacções nos mercados financeiros ultrapassa este montante.

Os activos financeiros dos investidores institucionais é em muitos países superior ao produto interno bruto anual desses países:

Luxemburgo	3516,4%
Reino Unido	226,7%
Holanda	212,8%
Estados Unidos	207,3%
Suiça	200,4%
Suécia	137,8%
Austrália	127,9%
França	125,4%
Canadá	112,7%
Islândia	111,3%

Bélgica	101,9%
Japão	100,5%

Em Portugal representava em 2000 50,8%.

No ano seguinte o valor médio diário, diário note-se bem, das transacções nos mercados formais em todo o mundo foi 1,96 vezes o produto interno bruto no mundo durante esse mesmo ano.

Podemos sem sombra de dúvidas reafirmar o que tem sido reconhecido por muitos: **a globalização é essencialmente a mundialização dos mercados financeiros e a sua diversificação, associada a uma hegemonia das empresas multinacionais, permitido pela utilização da doutrina liberal como discurso da política económica.**

Financiarização de crescente antecipação em relação à criação e repartição do produto, de crescente autonomia, reprodução e valorização do capital fictício, de importância crescente do capital financeiro à escala mundial, de enfraquecimento relativo das políticas económicas e da capacidade de intervenção dos Estados, dos povos através dos seus representantes eleitos.

Todas estas especificidades conduzem simultaneamente a um aumento do rendimento médio mundial, a um agravamento das desigualdades entre países e dentro dos países. Amin sintetiza bem esta situação ao afirmar que “A lei do valor mundializada acarreta uma maior polarização, dados os «cinco monopólios» que definem a nova hierarquia capitalista (o controlo das tecnologias, dos sistemas financeiros, do acesso aos recursos naturais, das comunicações e os meios de comunicação de massa, e dos armamentos de destruição maciça)” (2000, 246/7)

Eis o cerne da situação: liberdade dos mercados significa circulação mundial do capital-dinheiro, possibilidade do grande capital internacional sobrepor-se às melhores condições de vida de todas as populações, possibilidade do grande capital financeiro internacional ter maior capacidade de decisão sobre a produção, troca e repartição que os eleitos pelos cidadãos.

Estado e poder regional

Não se julgue, no entanto, que essa dinâmica se processa inteiramente à margem dos Estados. A globalização, tal como a estamos a caracterizar, é ela própria uma decisão política. As políticas dos Estados são das grandes auto-estradas de circulação da ideologia liberal:

- A desregulamentação social e a hegemonia dos «mercados» tem sido uma decisão política.
- O Estado tem tido um papel importante em diversos países que são partes integrantes do sistema capitalista mundializado
- Utilizando a terminologia de Paraire a aldeia global tem vários castelos e, hoje, a Organização Mundial do Comércio tem ameias agressivas protegidas por armas de destruição maciça.
- Esta internacionalização exige pouco déficit, desprotecção social e fiscalidade ligeira e a opção por estas regras de jogo é uma decisão política.

Aliás é curioso nos últimos anos os próprios defensores da globalização cada vez menos fazerem a apologia da liquidação do Estado e reconhecerem a necessidade da sua intervenção. Reconhece-se que o “espontâneo” funcionamento dos mercados não é tão espontâneo quanto aparentava e esses liberais são obrigados a aconselhar uma política económica desde que seja no sentido de “facilitar o funcionamento dos mercados”, de criar melhores condições para a dominação do trabalho pelo capital, até mesmo para atenuar algumas tensões sociais que inevitavelmente transbordam pelos poros das desigualdades e injustiças sociais.

A importância do Estado aparece ainda por uma outra via.

Como referimos há vários modelos alternativos possíveis de expansão do capitalismo à escala mundial, de concretização da globalização. O facto de a globalização processar-se com domínio da regulação mercantil, a qual tende a subjugar as outras formas de organização, não é uma inevitabilidade histórica, não é o resultado do pragmatismo, não é a expressão da vontade dos cidadãos dos diversos países, é o resultado da força dos EUA quando do início da globalização, força económica, política e social. Força na relação com os restantes países, reforçada a partir do fim das economias socialistas, e no funcionamento das instâncias internacionais. Força

pela inovação científica e tecnológica e pela velocidade da sua integração nos circuitos produtivos.

Utilizando mais uma vez a terminologia de Amin a imposição mundial do modelo americano fez-se pelo mercado e pelo antimercado. As crescentes debilidades da economia americana – vulnerabilidade aos ataques terroristas, estratégia militar para consolidação do seu poder, substituição da produção interna por importações, elevadíssima dívida americana, importância da financiarização na sua economia – levarão muito provavelmente a que a imposição mundial deste modelo se faça cada vez mais a pelo antimercado.

Conflito e redistribuição

Obtida esta caracterização da globalização será pertinente interrogarmo-nos se os processos económicos concretizados nos mercados financeiros são produtores, directa ou indirectamente, de valor acrescentado. Se são produtivos ou reprodutivos.

Capital fictício

O pragmatismo que orienta a Ciência Económica nos dias de hoje, a importância teórica assumida pelo conceito de utilidade, o qual se molda às mais diversas situações e, de alguma forma, a aceitação acrítica da “teoria das preferências reveladas” fazem com que a “teoria do trabalho produtivo” tivesse perdido espaço e hoje esteja predominantemente remetido para as análises heterodoxas. Este “passar de moda” da teoria do valor, que arrasta tudo o restante, não significa que as problemáticas trabalhadas por ela sejam irrelevantes – o que está em jogo não são meras definições mas reflexões sobre os grandes problemas filosóficos da Economia, sobre o “espaço” do económico no social, sobre as lógicas utilizadas, sobre as hierarquizações conceptuais, sobre o próprio sentido da ciência e do objecto teórico da Economia – mas que a sua subestimação é a forma subtil de fazer entrar pela janela apenas uma parte da problemática: assume-se espontaneamente a teoria do valor-utilidade.

Insistimos com a pergunta: as actividades nos mercados financeiros são produtivas, criam valor acrescentado?

A nossa resposta é cabalmente negativa:

1. Não, as actividades nos mercados financeiros não são produtivas, são redistributivas.
2. Uma opção pela teoria do valor-trabalho – como a que fazemos não sem a reconstruirmos à luz das alterações da realidade social que ela pretende interpretar – fundamenta inequivocamente a conclusão assumida.
3. Contudo uma observação atenta da realidade poderá chegar a conclusões semelhantes, pois não estamos em situações de fronteira entre o produtivo e o improdutivo mas no campo aberto de “propriedade” do improdutivo. Se nos lembrarmos daqueles primeiros ensinamentos que muitos de nós transmitimos aos iniciados na Economia sobre os circuitos económicos, com a sua componente “real” e a contrapartida “monetária” não temos dificuldade em perceber a questão que estamos a levantar.
4. Se algumas das actividades realizadas nos mercados financeiros estão directamente associadas a fenómenos da “esfera real” – obtenção de crédito para investir, obtenção de crédito para antecipar operações “reais” futuras, obtenção de “moeda internacional” para a transacção de mercadorias, etc. – na maior parte das situações nem sequer podemos estabelecer essa relação directa.
5. Grande parte das actividades nos mercados financeiros são de capital fictício: “capital” porque permite a obtenção de lucros individuais, “fictício” porque não está associado à criação de valor acrescentado.

As actividades financeiras que caracterizam a globalização são actividades redistributivas.

Nessa medida os ganhos de uns são em parte as perdas de outros, os volumes de operações nas bolsas são o resultado da repetição sucessiva e a grande velocidade das mesmas operações entre intervenientes diferentes.

Contudo, o volume atingido por essas operações, a grande importância dos activos dos investidores institucionais e outros, o saldo positivo durante longos períodos que o conjunto dos intervenientes obtêm, a importância das operações sobre actividades “reais” futuras, o tempo que medeia entre as operações de crédito e a correspondente operação produtivo fazem com que tenham de ser canalizados recursos, de outras actividades para as actividades financeiras.

Importância da redistribuição

São múltiplos os canais de redistribuição. Alguns deles fogem à tipificação das actividades – na avassaladora necessidade que a Economia tem de tudo classificar! – económicas a que estamos habituados. Como classificar, por exemplo, os movimentos de grandes verbas que algumas administrações de grandes empresas retiram do negócio corrente para a bolsa à espera que a rapidez do ganho e os artifícios contabilísticos permitam que passe despercebido?

Contudo, podemos dizer que há processos de redistribuição que são tão velhos quanto o próprio capitalismo:

- obter o máximo de valor acrescentado para além dos salários dos trabalhadores por conta de outrem (os trabalhadores são um mal necessário)
- os países do centro apropriarem-se do máximo possível de riqueza das economias subdesenvolvidas (“em vias de desenvolvimento” como agora se designa).

Outros são novos ou têm manifestações bastante diferentes na globalização:

- Gestão empresarial à escala mundial
- Formas subtis de transferência de recursos dos Estados e populações para as grandes empresas
- Apropriação privada da Segurança Social.

Todos estes processos são sobejamente conhecidos. Apesar de serem muito importantes, podendo condicionar as condições de vida de todos os cidadãos e a própria reprodução do sistema, o facto de serem certamente conhecidos dos presentes dispensa-me grande análises. Deixaremos aqui apenas alguns tópicos à guisa de auxiliares de memória.

A maximização da mais-valia é uma tendência desde os primórdios do capitalismo, mas mesmo os comportamentos tradicionais assumem novas formas durante a globalização: o desenvolvimento tecnológico e a desqualificação de muitos sectores profissionais; aumento da intensidade do trabalho; aumento da rotatividade dos trabalhadores entre e nas empresas; enfraquecimento das lutas políticas e sindicais dos

trabalhadores assalariados; espaço geograficamente mais amplo de concorrência entre trabalhadores; peso dos desempregados de longa duração e atenuação dos ciclos na diminuição do desemprego.

A estes factos acresce as migrações clandestinas (30% dos fluxos migratórios) e o trabalho escravo (estimado por alguns em 27 milhões). Escravidão bem mais barata que há duzentos anos pois se o preço médio de um escravo era então de 35200 euros, actualmente é apenas de 1000).

Também a apropriação das riquezas das sociedades subdesenvolvidas tem sido uma constante desde a Revolução Industrial, mas assume durante a globalização especificidades: ampliação geográfico-social da influência do grande capital; aumento da influência do FMI e do BM, ao mesmo tempo que a OMC reforça a ofensiva sob a capa do discurso liberal; aumento do papel das multinacionais e expansão dos mercados financeiros a esses países.

Se o desenvolvimento científico e técnico do último século parecia admitir que a fome, a miséria e a ausência de cuidados de saúde poderiam ser males debeláveis, a persistência nas últimas décadas com agravamento das diferenças, a vivência hoje de situações socialmente mais graves (olhe-se para o continente africano!) arrasta-nos para um mundo de desespero. Ao tradicional enriquecimento das economias desenvolvidas à custas das subdesenvolvidas junta-se um agravamento das desigualdades mundiais trazidas pela globalização.

A gestão à escala mundial por parte das empresas, a capacidade de estas colocarem sob seu controle o que é exterioridade e concorrência para os outros (trabalhadores, fornecedores, instituições de investigação, Estados, etc.) potencia – apesar das conjunturas e das dificuldades – todas as formas de apropriação de recursos.

A panóplia de processos de transferência de recurso das populações para o grande capital é imensa. Começa com as diferenças de severidade na aplicação dos impostos, com os perdões fiscais a algumas empresas, com as dificuldades de aplicação de impostos ao capital fictício, com os paraísos fiscais. Continua com as negociações para a instalação de grandes empresas que frequentemente acabam por o Estado abdicar de receitas e transferir recursos, com as privatizações ou diferentes formas de parceria entre o estado e multinacionais.

Este é um terreno em que se revela com particular nitidez a importância da ideologia liberal como construtora de situações económicas, pois tão grave quanto estes diferentes tipos de apoio às multinacionais à custa de muitos sectores da sociedade é a complacência ou indiferença da opinião pública, em cada país e mundialmente, perante tais actos.

O que designamos genericamente por Segurança Social é um conjunto de subsistemas. A privatização ou canalização dos potenciais beneficiários para o capital privado dos subsistemas que são mais rentáveis, que geram maiores massas de capital-dinheiro imobilizado, que podem estar mais directamente associados aos mercados financeiros é hoje uma das mais galopantes acções do grande capital à escala mundial. A privatização desses sectores mais vantajosos permite colocar montantes de capital-dinheiro similares ou superiores ao produto interno mundial disponíveis para operações nos mercados financeiros. Estes valores explicam a cobiça que os tratamentos de saúde e sobretudo as reformas provocam.

O não-observado do nosso quotidiano

Acabamos de ver que o capital continua a usufruir de muitas fontes de rendimento que pode ser directa ou indirectamente canalizado para os mercados financeiros. **Contudo, atendendo às razões anteriormente invocadas a reprodução da globalização exige a utilização de recursos adicionais que sejam provenientes de actividades produtivas, com grande apropriação de mais-valia, com possibilidade de expansão e liberto de quase todos os controlos. Tudo isso é encontrado na economia subterrânea.**

Comecemos por precisar o que englobamos na economia subterrânea. No meio de uma multiplicidade de definições e de debates teóricos sobre as suas fronteiras, chamando-a por vezes de uma maneira por vezes de outra, esclareçamos que pretendemos designar daquela forma todas as actividades económicas que não são registadas na contabilidade nacional dos países.

Podem ser muito diversas: nem a esmola dada ao pobre à porta da igreja, nem a gorjeta que acompanha o pagamento de um serviço, nem a produção de droga, nem a escravatura são registadas na contabilidade nacional, pelo que pertencem à economia subterrânea.

Parece fácil de verificar pelas actividades anteriormente referidas a título de exemplo que não podemos classificar essas actividades como eticamente recomendáveis ou reprováveis. Qualquer juízo de valor genericamente atribuído é certamente inadequado, tal é a diversidade de situações e a variedade de contextos geográfico-sociais em que cada actividade se insere.

Alguns sectores de actividade pertencem em grande percentagem à economia subterrânea. São os casos da droga (produção agrícola, transformação industrial, armazenamento e transporte, comercialização) e das actividades de guerra (produção, armazenamento, transporte e comercialização de armamento; prestação de serviços de assessoria militar e actividade de mercenários). São as tradicionais actividades de contrabando de todo e qualquer bem que dessa forma contorna os impedimentos legais e foge ao pagamento de taxas e impostos diversos. São igualmente os movimentos clandestinos de mão-de-obra a que fizemos anterior alusão. São o roubo, armazenamento, transporte e comercialização de órgãos humanos. São as burlas informáticas e de telecomunicações. Eis alguns exemplos, entre muitos outros.

Alguns sectores de actividade tanto podem pertencer à economia subterrânea como à economia formal. Em quase todas as indústrias transformadoras, particularmente as que utilizam baixa tecnologia e mão de obra intensiva – vestuário, calçado, por exemplo – há empresas constituídas legalmente e outras que o fazem à margem da lei, frequentemente utilizando mão-de-obra clandestina e trabalho infantil, com horários de trabalho muito superiores ao permitido, com condições de higiene e segurança deficientíssimas, sem qualquer segurança social. Estas actividades chegam a assumir em alguns países uma grande importância.

Actividades como o transporte e armazenamento de resíduos tóxicos tanto se desenvolvem em ambientes legal como ilegal.

Algumas actividades subterrâneas são o complemento das actividades legalmente constituídas. É a fuga aos impostos, é o não cumprimento das actividades sociais a que estão vinculados, é a “compra de favores” e a corrupção. É o não cumprimento com as normas ambientais e as práticas poluidoras. Eis alguns exemplos entre muitos outros.

Se quiséssemos fazer uma lista mais completa seria possível, mas certamente que ficariam sempre actividades de fora, pois elas são bastantes e estão sempre a surgir outras.

O que nos parece fundamental esclarecer desde já é que

- Muitas destas actividades são produtivas, logo criadoras de valor acrescentado.
- A economia subterrânea movimento elevadíssimos recursos.

Apesar das dificuldades de quantificação da economia subterrânea, é frequente avançar-se a hipótese daquelas representarem 5 a 30% do Produto Interno Bruto (legal) nos países desenvolvidos e entre 30% e 70% em muitas economias subdesenvolvidas ou em transição para o capitalismo.

As razões imediatas para a existência de actividades subterrâneas são muitas e muito diferenciadas. Contudo a globalização conduziu ao aparecimento de novas actividades subterrâneas, dinamizou outras e criou um contexto global favorável ao seu crescimento. Um crescimento que tem um dupla faceta de (i)legalidade:

- Por um lado a economia subterrânea é muito frequentemente ilegal e associa-se estreitamente à alta criminalidade.
- Por outro lado tem mecanismos próprios de tentar ultrapassar essa ilegalidade, ganha um certo estatuto social e encontram na liberdade de movimento de capitais o canal de passagem da ilegalidade para a legalidade (é a liberdade de movimento de capitais com estruturas próprias para o facilitar como são os paraísos fiscais, ou *territórios off-shore*).

Não se considere, no entanto, que esses territórios ou as instituições que neles actuam são marginais no contexto mundial. Ao lado das ilhas Caimão (de dependência britânica) temos outros como Jersey, Guernesey ou Gibraltar. Liechtenstein e o Luxemburgo fazem parte do baralho, assim como Chipre, Madeira e outros. Nas famosas ilhas Caimão estão registados mais de quinhentos bancos: bancos públicos e privados, muitos deles de grande importância nas actividades financeiras mundiais, peças do sistema democrático europeu e mundial.

Capital financeiro internacional e legalização dos mais recônditos circuitos sócio-económicos são duas faces da mesma moeda. São os circuitos económicos que estabelecem essa ligação apoiados pela ideologia apologética do mercado.

Legalizar o pecaminoso aparece de seguida como a palavra de ordem de controlo do que espontaneamente se deixou incontrolável.

E com este casamento enfraquecem-se as malhas éticas do tecido social.

Dos conflitos económicos à plataformas éticas

A mundialização que interessa objectivamente à grande maioria dos cidadãos do mundo em que vivemos tem de ter no centro da sua dinâmica o Homem: acessibilidade generalizada aos bens económicos, sociais, culturais, políticos e outros que a ciência e a técnica estão em condições de fornecer na actual fase do desenvolvimento histórico.

A globalização não é essa mundialização e atenta contra a dignidade dos homens.

O globalização poderá terminar por diversas razões que podem ir das políticas dos EUA à luta dos povos. É esta que aqui nos interessa.

Se a nossa tese está certa, o entrelaçamento orgânico e indispensável entre globalização e economia subterrânea coloca a questões éticas num primeiro plano. Questões éticas que não surgem por um qualquer imperativo categórico explicitado por um conjunto de princípios filosóficos ou religiosos, mas porque alguns dos valores essenciais da humanidade foram postos em causa e tal gerou agravamento das desigualdades, exploração desenfreada.

Provavelmente muitos dos nossos compatriotas desta “aldeia global” pouco saberão sobre a globalização, terão tendência para considerar como inevitável a dinâmica actual das sociedades, mas aceitarão combater o tráfico de órgãos humanos, a produção e comercialização das drogas, os negócios de guerra, a candonga na eliminação dos lixos tóxicos, a escravatura humana, a corrupção. **A frente ética de luta contra a globalização é socialmente bastante mais ampla que a luta económica contra os efeitos nefastos desta mundialização ou contra a sociedade capitalista que a gera.**

Sem dúvida que outras plataformas podem ser construídas, assumindo grande importância as temáticas ecológicas, mas estas diversas correntes de indignação só contribuirão para reforçar o caudal da luta por uma sociedade mais justa.

Em tempo de ideologia liberal e solipsita temos que recordar a importância do homens para o futuro da humanidade. Parece paradoxal mas não o é.

Bibliografia

Nesta comunicação utilizamos essencialmente o texto do meu livro que se encontra na tipografia, editado pelo Campo da Comunicação e que tem o título *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*.

Obviamente que aí a bibliografia utilizada é muita. Parece-nos legítimo fazer aqui a sua listagem.

Bibliografia Citada.

- ABBAGNANO, Nicola (1998)
Dicionário de Filosofia, São Paulo, Martins Fontes
- ALVES, André Azevedo (2003)
Privatizar a Segurança Social (1, 2 e 3); <http://www.causaliberal.net>
- AMIN, Samir
(1976)
L'accumulation à l'Échelle Mondiale, Paris, Ed. Anthropos
- (2000)
Os Desafios da Mundialização, Lisboa, Ed. Dinossauro
- ANAND, Sudhir & SEM, Amartya (2000)
“The Income Component of the Human Development Index”, *Journal of Human Development*, Vol. 1n N° 1, 2000
- BARAN, Paul (1977)
A Economia Política do Desenvolvimento; São Paulo, Zahar, pp. 399
- BACHELARD, Gaston (1999)
La Nouvel Esprit Scientifique, 6ª Ed., Paris, PUF
- BELLEFLEUR, Michel (2002)
Le Loisir Contemporain. Essai de Philosophie Sociale; Sainte-Foy, Presses de l'Université du Québec
- BOYER, Robert (1998)
Le Politique à L'Ère de la Mondialisation et de la Finance: Le pont sur quelques recherches régulationnistes, Paris, Cahiers du CEPREMAP, n° 9820, pp. 73
- BRUNHOFF, Suzanne
(1974)
Política Monetária, uma tentativa de interpretação marxista, Lisboa, Assírio e Alvim
- (1975)
La Monnaie chez Marx; 2ª ed., Paris, Ed. Sociales.
- BRUNHOFF, Suzanne & CARTELIER, Jean (1974)
“Une Analyse Marxiste de l'Inflation”, *Chronique Sociale de France*, 82º Ano, n° 4, Agosto 1974
- CIPCO (1969)
Les Taches Actuelles de la Lutte Anti-impérialiste et l'Unité d'Action des Partis Communistes et Ouvriers, de Toutes les Forces Anti-impérialistes, in *Conférence Internationale des Partis Communistes et Ouvriers*, Praga, Editions «Paix et Socialisme»
- COCKBURN, Andrew & COBB, Jodi (2003)
“Escravos do Século XXI”; *National Geographic – Portugal*, Setembro 2003

- COPPEL, Jonathan & DUMONT, Jean-Christophe & VISCO, Ignazio (2001)
Trends in Immigration and Economic Consequences, OCDE, CO/WKP(2001)10
- COSTA, J. Almeida & MELO, A. Sampaio e (1994)
 Dicionário da Língua Portuguesa, 7ª Ed., Porto, Porto Editora
- COTTA, Alain (1977)
Dicionário de Economia; Lisboa, Publicações Dom Quixote
- CULMANN, Henri (1973)
Les Comptabilités Nationales, Paris, PUF
- DELAUNAY, Jean-Claude (1971)
Essai Marxiste sur la Comptabilité Nationale, Paris, Editions Sociales
- DENIS, HENRI (sd)
 História do Pensamento Económico, Lisboa, Livros Horizonte
- DOSTALER, Gilles (1978)
Marx, la Valeur et la Économie Politique, Paris, Anthropos
- DOZ, Yves & SANTOS, José & WILLIAMSON, Peter (2001)
From Global to Metanational, Boston, Harvard Business School Press, pp. 258
- DUMENIL, Gérard (1980)
De la Valeur aux Prix de Production; Paris, Economica
- ENGELS, Friedrich (sd)
A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan), Rio de Janeiro, Vitória
- FMI (2002)
 “L’Oeil du Cyclone”, *Finance et Développement*, Dezembro 2002, 5-7
- FORRESTER, Viviane (1997)
O Horror Económico; Lisboa, Terramar
- GALBRAITH, John Kenneth (1999)
 “Les défis du nouveau millénaire”, *Finances et Développement*, Dez 1999, pág. 2/5
- GÉLÉDAN, Alain & BRÉMOND, Janine (1981)
Dicionário Económico e Social, Lisboa, Livros Horizonte
- GIDDENS, Antony (2000)
O Mundo na Era da Globalização; Lisboa, Editorial Presença
- GONZÁLEZ, Pablo Alonso (2002)
La Titulización de Bienes Tangibles com especial referencia a la Filatelia
 Madrid, Fundacion Albertino de Figueiredo para la Filatelia
- GOVERNMENT OF SENEGAL (1998)
 Press Release, Banco Mundial, Dakar, Senegal, June 21, 1998,
http://www.worldbank.org/afr/dakar98/dakar_pr.htm
- HERZOG, Philippe (1972)
Politique Economique et Planification en Régime Capitaliste, Paris, Editions Sociales
- HODGSON, Geoffrey M. (1994)
Economia e Instituições, Lisboa, Celta
- HOUTART, François (2001)
 “Las alternativas creibles del capitalismo mundializado”, Comunicação ao Forum Social Mundial de Porto Alegre
- JEVONS, W. Stanley (1988)
A Teoria da Economia Política; São Paulo, Nova Cultural
- KOSIK, Karel (1977)
Dialéctica do Concreto, 1ª ed. 1963, Lisboa, Dinalivro
- KUUSINEN, Otto V. & Outros (1966)
Manual de Marxismo-Leninismo, México, Grijalbo
- LABARDE, Philippe & MARIS, Bernard (1998)
Meu Deus, como é bela a Guerra Económica!; Lisboa, Terramar, pp. 158
- LAÏDI, Zaki (2000)
 “Interesse Nacional e a Globalização Económica”
 in *O Interesse Nacional e a Globalização*
 Lisboa, Edições Cosmos
- LENINE, V.
 (1968a)
Oeuvres Choiesies I, Moscovo, Ed. do Progresso
 (1968b)
Oeuvres Choiesies II, Moscovo, Ed. do Progresso
- LEVY, Brian (1997)
 “Como os Estados podem impulsionar os mercados?”, *Finanças & Desenvolvimento*, Setembro
- LINDBAEK, Jannik & RISCHARD, Jean-François (1994)
 “Agilidade na nova economia mundial”, *Finanças & Desenvolvimento*, Setembro 1994
- LOUÇÃ, Francisco (1998)
Limites da Globalização; Texto policopiado de um colóquio, 5 de Julho

- LOW Patrick & NASH John, (1994)
“O longo e tortuoso caminho para um comércio mundial mais aberto”, *Finanças & Desenvolvimento*, Setembro
- MACEDO, JORGE BRAGA (1977)
Interdependência Económica, Sistema Monetário Internacional e Integração Portuguesa, Lisboa, Banco de Fomento Nacional
- MACHADO, José Pedro (1981)
Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Lisboa, Amigos do Livro
- MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN, Harald (1999)
A armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social, 2ª Ed., Lisboa, Terramar, pp. 259
- MARX, Karl
(1975)
Manifesto do Partido Comunista, Lisboa, Ed. Avante
- (1975b)
Capítulo Inédito d'O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediato, Porto, Publicações Escorpião
- (1982)
“Para a Crítica da Economia Política”, in *Obras Escolhidas*, Lisboa, Edições Avante
- MORGADO, Maria José & VEGAR, José (2003)
O Inimigo sem Rosto. Fraude e Corrupção em Portugal; Lisboa, Dom Quixote
- MOUHOUD, El Mouhoub (2003)
« Division Internationale du Travail et Economie de la Connaissance », Intervention au Séminaire « Hétérodoxies », Jan. 2003, MATISSE – Université Paris
- MULDER, Christian (2002)
« Évaluer les Dangers », *Finance et Développement*, Dezembro 2002, 8-10
- MURTEIRA, Mário (2003)
O que é Globalização?; Lisboa, Quimera
- N'KRUMAH, Kwame (1967)
Neocolonialismo - Último Estágio do Imperialismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- NAGELS, Jacques (1974)
Travail Collectif et Travail Productif dans l'Évolution de la Pensée Marxiste, Bruxelas, Éditions de l'Université de Bruxelles
- NEVES, JOÃO CÉSAR (1993)
O que é Economia, Lisboa, Difusão Cultural
- NOGARO, Bertrand (1950)
Curso de Economia Política, in *Panorama da Ciência Económica III e IV*, Lisboa, Ed. Cosmos
- NUNES, Ana Bela (1998)
A Globalização numa Perspectiva Histórica. O que há de novo no processo de globalização; Série Documentos de Trabalho, DT/WP nº 8, Lisboa, ISEG, pp. 20
- OCDE (2001)
International Direct Investment Statistics Yearbook (1980-2000); OCDE
- OIT (2002)
“Provisional Record 25”; Do site da OIT
- PARAIRE, Philippe (1998)
A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial, Lisboa, Avante, pp. 239
- PARINAUD, André (1996)
Gaston Bachelard, Paris, Flammarion
- PIMENTA, Carlos
(1979)
“Força de Trabalho e Trabalho”; *Revista Técnica do Trabalho* 2, 1979 – Dezembro
- (1985)
Contributos para a Caracterização e Explicação da Filatelia em Portugal; Tese de doutoramento, ISEG
- (1987)
“Keynesianismo-Monetarismo: Controvérsia Condicionada”, *EC - Economia*, 66
- (1998)
“Globalização. Prolegómenos, Questão Problemática e Hipóteses”, Colóquio Portugal Moderno e Globalização, Universidade do Minho, 18/19-05-99, Publicado posteriormente em *Vértice - nova série*, Nº 94, Abril 2000, pág. 25/41
- (2003)
“Globalização em África e (Des)Humanismo”, *Conferência Internacional «Humanismos Latino e Africano: Encontros e Desencontros»*, Dakar, Jan 2003;
- PIRES, Eugénia & Outros (2000)
“Economia dos Intermediários Financeiros: Titularização”, Lisboa, ISEG;
http://pascal.iseg.utl.pt/~aafonso/eif/pdf/eif2000_6.pdf (Março 2004)
- POMBO, OLGA (sd)

- “Da Classificação dos Seres à Classificação dos Saberes”, <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/>
- POULANTZAS, Nicos (1977)
Poder Político e as Classes Sociais, Lisboa, Dinalivro
- QUESNAY, François (1978)
Quadro Económico, 2ª Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- QURESHI, Zia (1996)
“Globalização: novas oportunidades, duros desafios”, *Finanças & Desenvolvimento*, Março 1996
- ROLL, Erich (1950)
História do Pensamento Económico
In *Panorama da Ciência Económica*, Vol II, Lisboa, Ed. Cosmos
- RIST, GILBERT (1996)
Le Développement. Histoire d'une Croyance Occidentale ; Paris, Presses de Sciences Po
- SAMUELSON, Paul (1987)
Economia, 5ª Ed., Lisboa, McGrawHill
- SANTOS, Boaventura Sousa (2001)
“As tensões da modernidade”, Comunicação ao *Forum Social Mundial de Porto Alegre*
- SANTOS, Vítor (1997)
Será a globalização um fenómeno sustentável?; Lisboa, GEPE, pp. 28
- SARTRE, JEAN-PAUL (1993)
O Ser e o Nada, Lisboa, Circulo de Leitores
- SÈVE, Lucien (1980)
Une Introduction a la Philosophie Marxiste, Suivie d'un Vocabulaire Philosophique, 2ª Ed., Paris, Editions Sociales
- SMITH, Adam (1981)
Riqueza das Nações (I e II), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- STANLAKE, George F. (1993)
Introdução à Economia, Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian
- World Federation of Exchanges (sd)
Annual Report 2001; <http://www.world-exchanges.org>
- World Trade Organisation (2001)
Ministerial Declaration, Adopted on 14 November 2001; Ministerial Conference, Fourth Session, Doha, 9 - 14 November 2001
- (Sem autor)
“A Fome e o Sonho de Lula”, *Expresso*, 1/Fev/2003

Outra bibliografia utilizada.

- AGLIETTA, Michel (1993)
“Financial Globalization. Systemic Risk, Monetary Control in OECD Countries”, *Notas Económicas*, 9/24
- AMARAL, Luís Mira (1991)
A Internacionalização da Economia Portuguesa, *Economista*, 1991/4, pág. 59/67
- AMIN, Samir (2001)
La dimension destrutrice de l'accumulation du capital”, Comunicação ao Forum Social Mundial de Porto Alegre
- AOYAMA, Yuko & CASTELLS, Manuel (2002)
“Une évaluation empirique de la société informationnelle : structures de l'emploi dans les pays du G7, 1920-2000”, *Revue Internationale du Travail*, Vol. 141, nº 1-2, PAG. 133/173
- ARAÚJO, Carlos R. V. (1986)
História do Pensamento Económico - Uma Abordagem Introdutória
São Paulo, Atlas
- ATTAC (2000)
Contra a Ditadura dos Mercados; Lisboa, Campo da Comunicação
- BAGANHA, Maria & REYNERI, Emilio (2001)
“New migrants in South European Countries: an assessment”, in Levean R. et Autres, *Nouvelles Citoyennetés: réfugiés et sous-... dans l'Espace Européen* ; Paris, IFRIS, pag. 85-111
- BARTOLI, Henri (1996)
A Economia ao Serviço da Vida. Crise do Capitalismo. Uma Política de Civilização
Lisboa, Instituto Piaget
- BELLUZZO, Luis Gonzaga (2001)
“Imperialismo e Cosmopolitismo”, Comunicação ao *Fórum Social Mundial* de Porto Alegre
- BLOMSTRÖM, Magnus & KOKKO, Ari (1997)
“Regional Integration and Foreign Direct Investment: A Conceptual Framework and Three Cases”, *Policy Working Paper Series*, World Bank,
- BOYER, Robert & SAILLARD, Yves (1996)

- Théorie de la régulation. L'état des savoir*
Paris, Édition de la Découverte
- BOYER, Robert & SOUYRI, Pierre-François (2001)
Mondialisation et régulations, Paris, La Découverte.
- BRITO, Carlos Melo (1993)
“Estratégias de Internacionalização e Cooperação Empresarial”
Porto, Faculdade de Economia do Porto, *Investigação*, 28
- BURBACH, Roger & ROBINSON, William I. (1999)
“The fin De Siecle Debate: Globalization as Epochal Shift”
Science & Society, Vol. 63 N° 1, Spring 1999, pag. 10-39
- CAFFÉ, Ricardo (1997)
“Capital Fictício, Inovações Financeiras e Derivativos. Algumas Observações sobre a Natureza da Finança Globalizada”; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 301/09
- CASSEN, Bernard & NGOC-HOANG, Liem (2000)
ATTAC - Contra a Ditadura dos Mercados; Porto, Campo da Comunicação
- CHESNAI, François (2000)
Tobin or not Tobin? Yma Taxa Internacional sobre os Capitais para Apoio aos Cidadãos; Lisboa, Campo da Comunicação
- DIAS, José Manuel G. (1993)
“Aspectos do Contexto Empresarial Português, em Mudança por Efeito da Internacionalização”; Porto, Faculdade de Economia do Porto
- DORNBUSCH, R. & HELMERS, F. (1991)
Economia Aberta. Instrumentos de Política Económica nos Países em Vias de Desenvolvimento; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 437
- ELERT, Glenn (2003)
The Chaos Hypertextbook; <http://hypertextbook.com/chaos/news.shtml> [consultado 04-11-2003]
- FERRAZ, António Mendes da Silva & VIEIRA, Mónica Agostinha Lima (2001)
“Reforma do Sistema de Segurança Social em Portugal: Um Contributo Crítico”; *Documentos de Trabalho do Núcleo de Investigação em Políticas Económicas*
- FREEMAN, Richard B. & OOSTENDORP, Remco H. (2001)
“Les Salaires par profession dans le monde: un nouveau fichier”; *Revue Internationale du Travail*, vol. 140, n° 4
- JEVONS, W. Stanley (1988)
A Teoria da Economia Política; São Paulo, Nova Cultural
- KAYIZZI-MUGERWA, Steve (2001)
“Globalisation, Growth And Income Inequality: The African Experience”
December, OECD Development Centre, *Technical Papers*, No. 186
- KOLODKO, Grzegorz W. (2001)
“Globalisation and Transformation: Illusions and Reality”
Technical Papers, No. 176; OECD Development Centre
- LABARDE, Philippe & MARIS, Bernard (1999)
Meu Deus, como é Bela a Guerra Económica!; Lisboa, Terramar
- LICHTENSZTEJN, Samuel (1984)
“Estado e Internacionalização” *Pensamiento Iberoamericano*, 5a, pág. 221/246
- LUXEMBURGO, Rosa (1988)
A Acumulação do Capital (I e II); São Paulo, Nova Cultural
- MATEUS, Augusto (1983)
Internacionalização, Crise e Recessão (A Especificidade Portuguesa), *Pensamiento Iberoamericano*, 3, pág. 131/162
- MANDEL, Ernest (1969)
Traité d'Économie Marxiste; Paris, Union Générale d'Éditions
- MARX, Karl (1967)
Le Capital – I a VIII; Paris, Editions Sociales
- MATTEI, Lauro (1997)
“Breves Considerações sobre a Globalização”; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 65
- MIRJANA, Marokvasic (2002)
“Dynamiques Migratoires. Ouverture des Frontières à l'Est et Nouveaux Flux”
Cahiers Français, n° 307, Março-Abril 2002, La Documentation Française p. 24-30.
- MITCHELL, B. R. (1992)
International Historical Statistics Europe 1750-1988; 3ª Edição, Stockton Press
- NUNES, António Avelãs (2003)
Neoliberalismo e Direitos Humanos, Lisboa, Ed. Caminho
- OCDE
(2001)
Institutional Investors: Statistical Yearbook; OCDE

- (2003)
Tendances des Migrations Internationales ; Paris, OCDE
- OIT (2002)
“Travail décent: un cadre d’action se met en place” ;
Revue Internationale du Travail, Vol. 141, nº 1-2, pag. 175-190
- O’ROURKE, Kevin H. (2001)
“Globalization and Inequality: Historical Trends”; *Staff Paper*, BIRD
- PAMPLONA, João B. (1997)
“Globalização, Pós-Fordismo e a Gestão de Políticas Sociais”; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 354/63
- PAVEL, Christine e MCELRAVEY, John N. (1990)
“Globalization in Financial Services Industry”; *Economic Perspectives*, 14/3, pág. 3/18
- PERRET, Bernard & ROUSTANG, Guy (1993)
A Economia contra a Sociedade. Afrontar a Crise de Integração Social e Cultural; Lisboa, Instituto Piaget
- PNUD (1990 e seguintes)
Relatório de Desenvolvimento Humano
- RAMONET, Ignacio (2001)
“Globalisation, inégalités et résistances”; Comunicação ao *Fórum Social Mundial* de Porto Alegre
- RAMONET, Ignacio & Outros (2003)
Atlas da Globalização Le Monde Diplomatique; 2ª Ed.; Lisboa, Campo da Comunicação
- ROUSSET, Pierre (2001)
“A taxa Tobin, uma Nova Etapa”; Comunicação ao *Fórum Social Mundial* de Porto Alegre
- SAGGI, Kamal (sd)
“Trade, Foreign Direct Investment, and International Technology Transfer: A Survey”; Estudo preparatório de um documento do Banco Mundial
- SANTOS, Milton (2000)
“A Transição em Marcha”, Capítulo de *Por uma outra globalização*
São Paulo, Editora Record
- SHIMIZU, Ryuei (1992)
“Globalization Strategy”; Tóquio, *Keio Tsushin C.*, 29, pág. 95/129
- SINGER, Paul (1997)
“Um Histórico da Globalização”; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 522/55
- SOUSA, Antonio de (1991)
“O Processo de Globalização - Oportunidades e Ameaças”; Texto policopiado, pp. 22
- STIGLITZ, Joseph E. (2002)
“Emplo, justice sociale et bien-être”; *Revue Internationale du Travail*, Vol. 141, nº 1-2, pag. 9-31
- TAPINOS, G. (1999)
“Migrations Clandestines: Enjeux Économiques et Politiques” ; in SOPEMI, *Tendances des Migrations Internationales* ; Paris, OCDE, pag. 247-271
- TEIXEIRA, Nuno Severiano & Outros (2000)
O Interesse Nacional e a Globalização; Lisboa, Ed. Cosmos & Instituto de Defesa Nacional
- UNIÃO EUROPEIA (1998)
“Rapport sur l’état de la convergence 1998” ; *Economie Européenne*, nº 65, 1998
- VAKALOULIS, Michel (2003)
O Capitalismo Pós-Moderno – Elementos para uma Crítica Sociológica; 2003, Lisboa, Campo da Comunicação
- VISCO, Ignazio (2000)
“Comments on Obstfeld and Rogoff’s “Perspectives on OECD Economic Integration: Implications for U.S. Current Account Adjustment”
Global Economic Integration: Opportunities and Challenges - Jackson Hole Symposium
- WIDGGEN, Jonas (2002)
« Le Trafic d’êtres Humains, une Activité en Pleine Croissance » ; in « Les Migrations Internationales », *La Documentation Française*, 307, Mars-Avril
- ZARIFIAN, Philippe & PALLOIX, Christian (1988)
La Société Post-Économique. Esquisse d’une Société Alternative ; Paris, Karmattan